

Análises ou ensaios	Preços
Algodão-viscosa	100\$00
Algodão-acrífica	110\$00
Algodão-poliamídica	125\$00
Algodão-poliéster	120\$00
Algodão-vinflica	130\$00
Lã-seda	100\$00
Lã-acetato	110\$00
Lã-cuproamoniacial	90\$00
Lã-viscosa	90\$00
Lã-acrífica	90\$00
Lã-poliamídica	120\$00
Lã-poliéster	80\$00
Lã-vinflica	110\$00
Seda-acetato	110\$00
Seda-cuproamoniacial	90\$00
Seda-viscosa	90\$00
Seda-acrífica	90\$00
Seda-poliamídica	120\$00
Seda-poliéster	90\$00
Seda-vinflica	90\$00
Acetato-cuproamoniacial	130\$00
Acetato-viscosa	130\$00
Acetato-acrífica	120\$00
Acetato-poliamídica	120\$00
Acetato-poliéster	120\$00
Acetato-vinflica	100\$00
Cuproamoniacial-acrífica	100\$00
Cuproamoniacial-poliamídica	130\$00
Cuproamoniacial-poliéster	110\$00
Cuproamoniacial-vinflica	120\$00
Viscose-acrífica	100\$00
Viscose-poliamídica	130\$00
Viscose-poliéster	110\$00
Viscose-vinflica	120\$00
Acrífica-poliamídica	130\$00
Acrífica-vinflica	140\$00
Poliámida-poliéster	130\$00
Poliámida-vinflica	120\$00
Poliéster-vinflica	140\$00

Observação: Nos preços indicados não estão incluídos, sempre que seja caso disso, a preparação e o ataque da amostra.

Nota. — O preço das análises ou ensaios não mencionados na presente tabela será estabelecido consoante os encargos por eles ocasionados.

Ministério das Finanças, 4 de Março de 1970. — Pelo Ministro das Finanças, *Augusto Victor Coelho*, Secretário de Estado do Orçamento.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 130/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, declarar que o navio *Niassa*, da Companhia Nacional de Navegação, é afretado pelo Ministério do Exército, a partir de 23 de Março de 1970, para transporte de tropas e material de guerra.

Enquanto o navio tiver capitão-de-bandeira, só poderá ser utilizado em serviço do Estado, e não comercial. Nestas condições, tem direito ao uso de bandeira e flâmula e goza das imunidades inerentes aos navios públicos.

Ministério da Marinha, 4 de Março de 1970. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que foi depositado em 27 de Janeiro de 1970, junto do Governo da Bélgica, o instrumento de adesão da República do Peru à Convenção para a Criação de Um Conselho de Cooperação Aduaneira e ao Anexo, concluídos em Bruxelas a 15 de Dezembro de 1950.

2. De harmonia com o disposto no artigo XVIII (c) da Convenção, esta entrou em vigor em relação ao Peru a partir da data do depósito do seu instrumento de adesão.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 23 de Fevereiro de 1970. — O Adjunto do Director-Geral, *Manuel Rodrigues de Almeida Coutinho*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do Secretariado-Geral do Conselho da Europa, o Governo da República Federal da Alemanha depositou, em 30 de Janeiro de 1970, o seu instrumento de ratificação do Acordo Europeu para a Repressão das Emissões de Radiodifusão Efectuadas por Estações fora dos Territórios Nacionais, concluído em Estrasburgo a 22 de Janeiro de 1965.

2. De harmonia com o disposto no artigo 9.º do Acordo, este entrará em vigor em relação à República Federal da Alemanha a partir de 28 de Fevereiro de 1970.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 23 de Fevereiro de 1970. — O Adjunto do Director-Geral, *Manuel Rodrigues de Almeida Coutinho*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Civil

Decreto n.º 80/70

Pelo Governo-Geral de Moçambique, com o parecer favorável dos governos dos distritos interessados e atenta a limitação final do n.º 1.º do artigo 57.º do Estatuto Político-Administrativo da Província de Moçambique, aprovado pelo Decreto n.º 45 375, de 22 de Novembro de 1963, foi exposta, a este Ministério, a conveniência da transferência integral da área que hoje constitui o concelho de Magude, subdividida nos postos da sede e de Mapulangueme, do distrito de Gaza para o de Lourenço Marques.

Atendendo a que as relações sócio-económicas da população do concelho de Magude, do distrito de Gaza, têm aumentado progressivamente com as do distrito de Lourenço Marques, não só por o seu mercado de consumo ser mais absorvente e as facilidades e meios de transporte serem maiores, como também por o centro industrial da capital da província lhe receber todo o excedente da produção agro-pecuária para comercializar, industrializar e exportar;

Considerando, também, que alguns departamentos oficiais existentes em Magude dependem directamente dos respectivos serviços, instalados na cidade de Lourenço Marques, tais como o julgado municipal, os serviços postais, telegáficos e telefónicos e os serviços do caminho de ferro;